



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços de transportes, incluindo veículos abastecidos e motoristas devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender às necessidades de locomoção decorrentes das Eleições Gerais de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno, para os Cartórios Eleitorais da Capital e do interior do Estado, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão não dispõe da quantidade necessária de veículos e motoristas contratados para dar suporte às atividades pertinentes ao período eleitoral em todas as Zonas Eleitorais do Estado.

2.2. Esse suporte visa aperfeiçoar os serviços peculiares desse período, tais como: vistoria nos locais de votação, intimações, fiscalização de propagandas eleitorais, treinamentos de mesários, deslocamento à Postos Avançados de Transmissão – PATs, apoio aos polos de distribuição de urnas e outras atividades em que a utilização de veículos é essencial.

2.3. Portanto, como os veículos de propriedade do Tribunal estão aquém da estrutura demandada no período eleitoral, tornam-se necessárias as locações de veículos para as Zonas, a fim de atender aos seguintes objetivos.

- Suprir a carência de veículos no período eleitoral, o qual exige celeridade no atendimento às zonas da capital e do interior do Estado;
- Atender a necessidade de locomoção de servidores, a fim de responder com rapidez as demandas da Justiça Eleitoral;
- Imprimir eficiência à complexa logística do período eleitoral;
- Atender eventuais problemas ocorridos em razão da falta de veículo para deslocamento de servidores.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Contratação de serviços de transportes, incluindo veículos abastecidos e motoristas devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender às necessidades de locomoção decorrentes do pleito eleitoral de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno, para os Cartórios Eleitorais da Capital e do interior do Estado, cuja métrica escolhida foi a diária de locação com franquia de quilômetros.

3.2. A contratação dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico, através de Sistema de Registro de Preços, em decorrência de alguns fatores de imprevisibilidade, tais como a definição do número exato de PATs e da possibilidade de ocorrência ou não do segundo turno das eleições.

3.3. Como se trata de objeto simples e que não precisa estar associado a outro objeto para produção dos resultados pretendidos, inexistente necessidade de eventual contratação concomitante a essa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Dos requisitos de Sustentabilidade Socioambiental

4.1.1 A fim de atender aos imperativos inerentes à sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá:

a) Efetuar o manejo correto dos resíduos sólidos gerados a partir da execução do objeto contratual, dando a adequada destinação a pneus, óleos, fluidos, materiais plásticos, borrachas e todo e qualquer resíduo produzido, observadas sempre as recomendações dos fabricantes de produtos e peças automotivas;

a.1) A observância desse requisito será verificada por meio da aposição dos carimbos de revisões nos manuais dos veículos por oficinas formais e regulares, não sendo admitida a realização de trocas de óleos e fluidos de maneira artesanal – fora de estabelecimentos especializados para tal atividade;

b) Manter todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos rigorosamente em dia, conforme especificações dos fabricantes e em consonância com a quilometragem de cada veículo, a fim de diminuir a ocorrência de queima irregular de combustível e consequente emissão de poluentes na atmosfera e no solo, bem como o desgaste prematuro de peças e componentes, ajudando assim a reduzir o passivo ambiental produzido pela execução do objeto contratual, fazendo prova da boa condição dos veículos no momento de sua apresentação para a inspeção pela Fiscalização do Contrato.

4.1.2. No tocante à sustentabilidade social, deverá a Contratada:

a) Fazer a comprovação de regularidade em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários e acidentários, tanto quando da adjudicação do objeto contratual como no momento do pagamento dos serviços executados.

b) Zelar, por meio da atuação dos seus prepostos, pelo bem estar dos trabalhadores alocados na execução dos serviços, cuidando especialmente do efetivo uso pelos profissionais dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa (cintos de segurança, capacetes para motociclistas, calçados e vestimentas adequados ao tipo de atividade etc), minimizando a possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

c) Garantir, através de monitoramento criterioso, que os trabalhadores cumpram a jornada de trabalho adequada, a fim de evitar que motoristas conduzam veículos sem condições físicas (exaustos, com sono, efetuando “dobra” irregular), observando os intervalos inter e intrajornada prescritos na legislação específica.

4.2 Da qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes

4.2.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão na execução de atividades compatíveis com o objeto desta contratação. A comprovação da capacidade técnica solicitada deverá contemplar a execução de um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total previsto.

4.2.1.1. Poderá ser exigido do licitante classificado em primeiro lugar a apresentação do(s) contrato(s) e/ou nota(s) fiscal(is) correspondente(s) ao(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação da capacidade técnica, caso o(s) atestado(s) apresentado(s) não possua informações suficientes para a satisfação desse requisito.

4.2.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.2.3. Documentos necessários para a qualificação econômico-financeira:

4.2.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

4.2.3.1.1. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

4.2.3.2. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 (sessenta) dias da abertura da licitação;

4.2.3.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

4.3. Da vistoria ou visita técnica

4.3.1. É facultada aos proponentes a realização de vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, a fim de obtenção de subsídios para a adequada elaboração de suas propostas comerciais;

4.3.2. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar, junto à sua proposta, declaração de que conhece as condições e o local de execução, assumindo total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas não previstas, nos termos do art. 63, §3º da Lei nº 14.133/2021

4.4. Da subcontratação

Em razão da capilaridade logística, sendo que o serviço abrange diversas zonas eleitorais, algumas situadas em locais de difícil acesso, será admitida a subcontratação parcial permitindo que a contratada principal utilize parceiros locais que possuam frota disponível e conhecimento das rotas específicas da região. Ficando vedada a subcontratação da totalidade do objeto, devendo a contratada principal manter a responsabilidade direta.

4.5. Da Garantia de execução do contrato

Considerando a natureza dos serviços prestados, bem como pelo fato de não ser uma contratação com obrigações trabalhistas, não haverá necessidade de apresentação de garantia contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Especificação dos veículos a serem locados

5.1.1. Na escolha e caracterização dos veículos foram levadas em consideração as peculiaridades do terreno e vias de acesso das zonas eleitorais e estabelecido o mínimo de requisitos necessários à salubridade, à segurança no desempenho da atividade e ao conforto dos servidores.

5.1.2. O serviço de transporte incluirá veículos e motoristas devidamente habilitados, combustível e seguro total, ficando a contratada responsável por quaisquer danos causados a terceiros, bem como multas de trânsito, eventuais despesas com reboques (guincho), manutenção decorrente de defeitos e eventuais necessidades de travessia em balsas, etc.

5.1.3. Especificações mínimas dos veículos, conforme o tipo:

a) **Veículos leves:** Veículos com 04(quatro) portas, ano de fabricação a partir de 2018 (pois veículos abaixo desse ano de fabricação estão mais suscetíveis à problemas e falta de segurança), gasolina ou álcool/gasolina, cilindrada mínima de 1.0, todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, capacidade do bagageiro acima de 250 litros, em perfeito estado de conservação, manutenção em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outro meio de prova, direção hidráulica ou elétrica (pois é item necessário para uma boa condução do veículo), ar condicionado, capacidade para no mínimo 05(cinco) passageiros.

b) **Caminhonetes com tração 4x4:** Caminhonetes 4x4, a diesel ou gasolina, ano de fabricação a partir de 2018 (pois veículos abaixo desse ano de fabricação estão mais suscetíveis à problemas e falta de segurança), cabine dupla, 04(quatro) portas, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e com manutenção em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outro meio de prova, direção hidráulica ou elétrica (pois é item necessário para uma boa condução do veículo), ar condicionado, snorkel se necessário (em casos de percursos alagados), carroceria com capota marítima, capacidade para no mínimo 05(cinco) passageiros.

c) **Motos e quadriciclos:** Motos e quadriciclos, a gasolina, ano de fabricação a partir de 2018 (pois veículos abaixo desse ano de fabricação estão mais suscetíveis à problemas e falta de segurança), com no mínimo 125 cilindradas, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e com manutenção em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual ou outro meio de prova, com capacidade para 02(dois) passageiros.

d) **Vans:** Veículo tipo VAN, executiva, ano de fabricação a partir de 2018 (pois veículos abaixo desse ano de fabricação estão mais suscetíveis à problemas e falta de segurança), com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e manutenção em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outro meio de prova, direção hidráulica ou elétrica (uma vez que veículos pesados precisam deste item que se traduz em segurança e não somente uma simples comodidade), ar condicionado, poltronas reclináveis para no mínimo 15 (quinze) passageiros.

5.1.4. Antes da utilização dos veículos ocorrerá uma inspeção para verificações básicas que será realizada pelo Chefe de Cartório, na Sede do Cartório Eleitoral, em no máximo 05 (cinco) dias de antecedência do início da prestação do serviço, conforme checklist anexo a este termo de referência.

5.1.5. Tal inspeção visa aferir se o veículo está em bom estado de conservação, através de verificações básicas e de fácil avaliação por qualquer usuário médio. O checklist é elemento essencial para a aprovação do veículo que será utilizado.

5.1.6. Sendo rejeitado o veículo, a contratada terá até o dia seguinte para apresentar novo veículo para inspeção. Havendo nova rejeição do veículo apresentado, estará caracterizada a inexecução parcial da obrigação e será aplicada multa prevista em capítulo próprio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.1.7. A inspeção dos veículos será incumbência do Chefe de Cartório ou seu Substituto, o qual verificará o cumprimento das exigências constantes no item 5.1 deste Termo de Referência.

5.1.8. Em caso de locais de difícil acesso, como dunas, praias, areais, a exemplo do que ocorre em cidades como Barreirinhas, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Santo Amaro, a locação dos veículos poderá ser de ano inferior, desde que aprovado pelo Chefe de Cartório, já que é sabido que os veículos que trafegam em tais regiões, por exemplo as “Jardineiras”, são especialmente adaptadas para a dificuldade do terreno e são utilizados de forma corriqueira para essa finalidade.

5.1.9. Ao longo da prestação dos serviços os veículos deverão estar limpos, devidamente abastecidos e em perfeitas condições de uso.

5.2 Da manutenção dos veículos locados

5.2.1 A contratada deverá substituir o veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção preventiva e corretiva (compreendendo a troca de óleo e filtros, a substituição das peças de desgaste natural, o conserto ou a troca de componentes ou equipamentos danificados ultrapassar 3 (três) horas.

5.2.2 Caso essa necessidade de revisão e manutenção ocorra na véspera ou no dia da Eleição, a substituição dos veículos deverá ser em 30 (trinta) minutos, de modo a não comprometer a realização das eleições.

5.2.3 Qualquer dano que venha a ocorrer nos veículos, desde que a administração pública não tenha concorrido para a sua ocorrência, será de inteira responsabilidade da contratada, a quem compete arcar com o custo da franquia do seguro.

5.2.4 A responsabilidade pela remoção do veículo com problemas de locomoção será inteiramente da contratada.

5.2.5. Havendo períodos em que o veículo não esteja disponível no período contratado para utilização na execução do objeto contratual, os valores de diárias correspondentes não serão pagos e a Contratada incorrerá nas penalidades contratualmente previstas.

5.2.6. Na ocorrência de adiamento do pleito eleitoral, as datas previstas para utilização dos veículos sofrerão alteração.

5.3 Seguro dos veículos

5.3.1 Acidentes na prestação do serviço é de inteira responsabilidade do contratado.

5.3.2 Os veículos deverão estar segurados, pelo valor de mercado, contra os seguintes eventos:

a) COLISÃO: perda total e/ou danos materiais por colisão, capotamento, abaloamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;

b) SUBMERSÃO: dano por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;

c) INCÊNDIO: perda total e/ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros;

d) ROUBO: roubo ou furto do veículo e, inclusive, a sua tentativa;

e) DANOS MATERIAIS E CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por pessoa afetada.

f) ACIDENTES PESSOAIS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) reais por passageiro.

5.4 Exigências necessárias para o condutor do veículo

5.4.1 Os requisitos para a seleção do motorista visam resguardar a boa prestação de serviço e proporcionar ao usuário segurança no transporte. Abaixo enumera-se os requisitos necessários:

5.4.2 O motorista deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, com experiência mínima de 2 (dois) anos.

5.4.3 Caso o motorista não conheça a rota das cidades, caberá à empresa custear guias locais. Isso ocorre comumente nas cidades de Humberto de Campos, Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas.

5.4.4 Deverá ser apresentada cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira Nacional de Habilitação válida;
- b) Comprovante de residência;
- c) Certidão de antecedentes criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública Estadual (Polícia Civil) e Federal (Polícia Federal).

5.5 Detalhamento da Demanda

5.5.1. A previsão da demanda do objeto de contratação está discriminada no subitem 8.11 do presente Termo de Referência.

5.5.2. A contratação deverá ocorrer no primeiro turno das Eleições 2026 e, eventualmente, em segundo turno, caso ocorra.

5.5.3. O serviço integrado de transporte, objeto da presente demanda, é peculiar e será remunerado por unidade de medida – diária –, o que possibilitará o atendimento adequado às peculiaridades de cada Zona Eleitoral, visto que a demanda oscila em função das características de cada localidade, havendo Zonas Eleitorais que necessitam de mais apoio logístico em transportes do que outras, enquadrando-se a demanda na previsão do art. 3º, inciso II, do Decreto n.º 11.462/2023.

5.5.3.1. Visto **não** ser de previsibilidade acertada a definição do quantitativo a ser demandado pela Administração, posto que existem variáveis externas que geram certa indeterminação na estimativa de diárias – como, por exemplo, a possibilidade de algumas Zonas Eleitorais requisitarem veículos junto à localidade, dispensado o veículo contratado –, amolda-se a presente contratação ao disposto no art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023.

5.5.4. Os veículos de cada Zona Eleitoral terão uma quantidade máxima de diárias a ser utilizada, de acordo com a necessidade, conforme especificado na tabela do subitem 8.11 na circunscrição da Zona Eleitoral e, quando necessário, nas Zonas vizinhas.

5.5.4.1. À medida que for necessário, os veículos também serão deslocados para os Centros de Distribuição de Urnas Eletrônicas – Polos da região na qual está situada a Zona Eleitoral, localizados nos locais abaixo, a fim de atender a demandas da referida Zona:

- a) Imperatriz
- b) Chapadinha
- c) Colinas
- d) Pinheiro
- e) Santa Inês
- f) Balsas
- g) Caxias
- h) Santa Luzia do Paruá
- i) São Luís

5.5.5. A Contratada deverá disponibilizar os veículos para utilização pela Zona Eleitoral no período estipulado no subitem 5.5.6.a, podendo as diárias serem utilizadas de forma contínua ou alternada, de acordo com a demanda da Zona Eleitoral.

5.5.5.1. Os quadros abaixo especificam, exemplificativamente, as atividades e periodicidade padrão para utilização das diárias, as quais poderão ser alteradas conforme necessidade da Zona.

5.5.6. Demanda a ser contratada

Para um melhor entendimento do escopo da contratação, a demanda está segmentada, conforme disposto nas alíneas abaixo:

a) Demanda das ZONAS ELEITORAIS

O serviço de transporte nas zonas eleitorais compreende, primordialmente, as atividades listadas a seguir. A execução contratual abrange, ainda, deslocamentos intermunicipais para as sedes dos Polos e o trânsito entre diferentes zonas, conforme a necessidade do serviço.

ATIVIDADES DAS ZONAS ELEITORAIS DO INTERIOR DO ESTADO	MESES DE REALIZAÇÃO	QTD. MÉDIA DE DIÁRIAS POR ATIVIDADE
PRIMEIRA VISTORIA DE LOCAIS DE VOTAÇÃO	Julho e Agosto	5
SEGUNDA VISTORIA DE LOCAIS DE VOTAÇÃO	Agosto e Setembro	5
TREINAMENTO DE MESÁRIOS	Setembro	5
PERÍODO QUE ANTECEDE O DIA DO PLEITO - 1º TURNO	Outubro	10
PERÍODO QUE ANTECEDE O DIA DO PLEITO - 2º TURNO	Outubro	7

ATIVIDADES DA ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL	MESES DE REALIZAÇÃO	QTD. MÉDIA DE DIÁRIAS POR ATIVIDADE
SUPORTE NOS 3 DIAS QUE ANTECEDEM À ELEIÇÃO.	Outubro	30 (trinta) diárias de carro leve para utilização, a depender da zona eleitoral, na sexta, no sábado e domingo da eleição (ou a critério da respectiva zona). Adicionalmente, na 10ª ZE será acrescentado veículo pick-up em razão da sua atuação em área rural.

Visando à otimização dos recursos e ao atendimento do aumento de demanda no dia do pleito, as diárias contratadas (e não utilizadas) poderão ser remanejadas para mais de um veículo de uma mesma Zona Eleitoral, respeitados os seguintes quantitativos máximos por unidade:

QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR ZONA ELEITORAL			
Circunscrição Eleitoral (Municípios abrangidos pela Zona Eleitoral)	Qtd. Carro Leve	Qtd. Pickup	Qtd. de carros
1 cidade	2	1	3
2 cidades	3	1	4
3 cidades	3	2	5
4 cidades ou mais	4	2	6
Zonas Capital	10	1	11

A execução dos serviços fundamenta-se no consumo de diárias por Zona Eleitoral, sendo permitida a flexibilização do uso conforme a necessidade do pleito, desde que respeitado o quantitativo total contratado e os limites máximos de veículos por unidade.

É facultado às Zonas Eleitorais o acúmulo ou a realocação de diárias não utilizadas em datas anteriores para reforço da frota em dias de maior demanda, especialmente no dia da eleição. Para viabilizar a logística, a Zona Eleitoral deverá fornecer o cronograma de utilização ao preposto da contratada em tempo hábil para a disponibilização de veículos e motoristas.

Caso haja saldo de diárias e necessidade de veículos em quantidade superior aos limites estabelecidos no quadro de dimensionamento, a ampliação poderá ocorrer mediante consulta prévia à contratada, ficando a execução condicionada à disponibilidade e viabilidade técnica no mercado local.

Na ausência de comunicação específica para alteração da escala, a prestação do serviço seguirá o cronograma padrão estabelecido neste Termo de Referência, com a disponibilização de uma diária de veículo leve e uma diária de picafe para cada Zona.

A possibilidade de ampliação do número de veículos visa atender ao aumento expressivo de demandas na véspera e no dia da votação. O estabelecimento de limites máximos por zona garante a objetividade da proposta da licitante e a segurança jurídica da contratação, evitando solicitações desproporcionais.

Os veículos destinados aos Postos Avançados de Transmissão (PATs) e aos Polos possuem finalidades específicas e cronogramas próprios, não integrando o cômputo de diárias ou os limites de frota destinados às atividades ordinárias das Zonas Eleitorais.

Resumindo didaticamente:

- Será disponibilizado uma diária de veículo leve e uma diária de picafe para cada Zona,
- Caso não sejam utilizadas todas as diárias e se decida por utilizá-las no dia da eleição, será possível desde que respeitado o limite do quadro acima e desde que comunicado previamente à empresa,
- Se ainda assim, houver necessidade de mais veículos no dia da eleição (mais do que o limite estipulado no quadro acima) e ainda tenha sobra de diárias não utilizadas, poderá ser feito **desde que haja disponibilidade e viabilidade no mercado e previamente acordado com a empresa.**

b) Demanda dos Postos Avançados de Transmissão (PATs)

Os Postos Avançados de Transmissão (PATs) destinam-se à transmissão de Boletins de Urna (BU) via satélite em localidades de difícil acesso. A execução dessa atividade dar-se-á mediante o deslocamento de veículos específicos, acompanhados por técnicos da Justiça Eleitoral, com antecedência de 48 (quarenta e oito) a 72 (setenta e duas) horas em relação ao pleito.

Os veículos designados para os PATs realizarão o transporte para povoados e zonas rurais integrantes da jurisdição eleitoral, permanecendo alocados em pontos estratégicos durante todo o dia da eleição. A contratada deverá assegurar a disponibilidade do veículo para a cobertura da região delimitada até a conclusão da transmissão dos resultados das seções correspondentes.

Em anexo, consta a relação de todos os possíveis PATs que serão contratados com informações acerca da quilometragem, estrada, tipo de veículo, tempo de deslocamento e etc.

POSTO AVANÇADO DE TRANSMISSÃO - PATs	MESES DE REALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
DESLOCAMENTO PARA OS PATs	Outubro (mês da Eleição). 3 diárias por PAT.	1 veículo por PAT, podendo ser leve, picape, quadriciclo, moto ou van

A quantidade de veículos destinados para atividade específica do PAT limitar-se-á a 1 (um) veículo. Uma zona eleitoral poderá possuir mais de 1 (um) PAT, conforme Anexo I.

c) Demanda dos POLOS DE URNAS

Os polos constituem unidades de suporte regional, atuando como centros de distribuição e apoio às Zonas Eleitorais de sua abrangência geográfica.

A prestação dos serviços de transporte vinculada aos Polos compreende, além das atividades internas do próprio polo, o deslocamento intermunicipal para todas as Zonas Eleitorais integrantes da respectiva circunscrição regional.

A contratada deverá assegurar a disponibilidade dos veículos para a logística de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas, materiais de votação e demais demandas de suporte entre os municípios que compõem o Polo.

Os veículos destinados aos polos deverão permanecer à disposição nas cidades-sede indicadas abaixo (conforme Anexo II). A contratada deve garantir a prontidão operacional nessas localidades para o cumprimento dos cronogramas de distribuição e apoio regional.

CIDADES-POLOS	DATA DE DISPONIBILIZAÇÃO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
São Luís Imperatriz Chapadinha Colinas Pinheiro Santa Inês Balsas Caxias Santa Luzia do Paruá	1º turno- 26/09 a 05/10 2º turno- 19/10 a 26/10	1 veículo pickup por Polo

A quantidade de veículos destinados para atividade específica do POLO limitar-se-á a 1 (um) veículo.

5.5.7. Competência de gerenciamento:

A definição dos períodos de uso, bem como a consolidação do quantitativo de diárias para cada uma das modalidades (Zonas Eleitorais, PATs e Polos), competem exclusivamente à **Comissão de Veículos**, que atuará com base nas requisições e informações prestadas pelas unidades beneficiárias.

5.5.8. Prazo de Comunicação à contratada

A programação detalhada das demandas será comunicada à contratada com antecedência mínima de **10 (dez) dias corridos** do início da execução dos serviços. Cabe à contratada assegurar a mobilização da frota e dos condutores dentro do prazo estabelecido, garantindo a plena operacionalidade conforme as diretrizes da Comissão.

5.6 Horário para prestação do serviço:

5.6.1 O horário de execução dos serviços será das 07h às 19h30min, inclusive aos sábados, domingos e feriados. No dia e véspera da Eleição o horário poderá ser estendido até às 24h, e iniciará às 06h.

5.6.2 Durante a noite, a partir das 19h, é proibido a realização de viagens intermunicipais, salvo quando decorrente de fato urgente e se autorizado pela Comissão de Veículos e Contratado.

5.6.3 Caso esteja em deslocamento intermunicipal e extrapole o horário das 19h o motorista e passageiro deverão interromper a viagem na próxima cidade da rota.

5.6.4 Caso o veículo não seja disponibilizado no horário e data preestabelecidos, incidirá multa nos termos previstos neste Termo de Referência.

5.7 Obrigações da Contratada

5.7.1. No tocante à seleção dos motoristas que conduzirão os veículos utilizados na execução contratual, deverá a Contratada observar os seguintes requisitos, a fim de resguardar a boa prestação do serviço e a segurança dos usuários:

- a) O motorista deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, conforme a(s) categoria(s) do(s) veículo(s) que irá conduzir;
- b) Caso o motorista não conheça as rotas das cidades, caberá à empresa contratar guias locais, correndo à sua conta essa despesa, posto que é inerente à execução do serviço, conforme a realidade local assim o exigir. Isso ocorre comumente nas cidades de Humberto de Campos, Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas;
- c) Deverá ser apresentada cópia dos seguintes documentos dos motoristas:
 - c.1-Carteira Nacional de Habilitação;
 - c.2-Comprovante de residência;
 - c.3-Certidão de antecedentes criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública Estadual (Polícia Civil) e Federal (Polícia Federal).

5.7.2. A Contratada deverá apresentar em até 2 (dois) dias antes do início da prestação dos serviços toda a documentação relacionada no subitem 5.7.1 (relativa aos motoristas alocados na execução do contrato), juntamente com ficha cadastral individual de cada motorista, a qual deverá conter nome completo, data de nascimento, comprovação de habilitação para dirigir e respectiva categoria, endereço completo e telefone de contato.

5.7.3. No tocante aos veículos utilizados na execução contratual e às obrigações acessórias, deverá a Contratada:

- a) Proceder à inspeção, manutenção e reparo de cada um dos veículos antes de sua entrega ao Fiscal do Contrato, designado pelo TRE-MA, de forma a entregá-lo em perfeitas condições de uso e de acordo com as demais exigências estipuladas no Contrato;
- b) Manter atualizado o registro diário de frequência de cada motorista individualmente e do deslocamento do veículo respectivo, indicando a marcação do hodômetro (quilometragem) na origem e destino, conforme formulário contido em anexo IV.
- c) Cumprir as orientações gerais de serviços determinadas pela Fiscalização da Contratante, contidas nas cláusulas do contrato e em Ordem de Serviços;

5.7.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite 25% do valor inicial atualizado do contrato, consoante o Art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;

5.7.5. Indicar formalmente preposto para acompanhar a prestação do serviço, estando o mesmo apto a dirimir todas as questões contratuais junto à Fiscalização do Contrato;

5.7.6. Atender, de imediato, às solicitações da Contratante quanto à substituição de veículos e/ou motoristas não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

5.7.7. Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, multas ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias e demais ônus inerentes à execução dos serviços, quando for o caso, durante a execução do contrato;

5.7.8. Arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, bem como lavagem de veículos, necessários ao adequado cumprimento do objeto de contratação;

5.7.9. Não permitir que qualquer motorista se apresente para a condução de veículo com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

5.7.10. Afastar e substituir prontamente o motorista, na hipótese prevista no subitem anterior;

5.7.11. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de multa e rescisão contratual;

5.7.12. Responsabilizar-se por quaisquer danos provocados à Contratante ou a terceiros decorrentes de atos praticados por preposto ou funcionários seus, relacionados à execução do objeto contratual.

5.7.13. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

5.7.14. Garantir que seja observada pelos colaboradores em geral a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 - TRE/MA.

5.8 Obrigações da Contratante

5.8.1 Comunicar à Contratada, em Ordem de Serviços, as informações necessárias à execução do objeto contratual: o período de execução, o tipo de veículo (conforme subitem 5.1.3), a quantidade de veículos, a quantidade de diárias por Zona Eleitoral e a relação de pessoas credenciadas que serão usuárias dos serviços;

5.8.2 Atestar a regular prestação do serviço ao término de cada período de execução, sendo que o atesto nas Zonas Eleitorais competirá ao Chefe de Cartório ou seu Substituto e, nos demais casos, ao servidor designado para utilização do veículo;

5.8.3 Promover as anotações em registros próprios das ocorrências e falhas detectadas na execução e comunicar à empresa os fatos que exijam medidas corretivas. Caberá ao Chefe de Cartório ou servidor usuário comunicar à Comissão Fiscalizadora do Contrato a ocorrência de eventual interrupção dos serviços contratados, bem como qualquer outro problema inerente à execução contratual;

5.8.4. Pagar a empresa na forma neste Termo de Referência;

5.8.5. Aplicar as penalidades devidas, no caso da inexecução das obrigações previstas neste termo de referência ou no edital de licitação.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**6.1. Do recebimento e fiscalização dos serviços**

6.1.1. O recebimento e o acompanhamento dos serviços ficarão a cargo do Fiscal Local, que será o Chefe de Cartório ou, na ausência deste, do servidor efetivo ou, ainda, do servidor requisitado designado pelo Juiz Eleitoral da localidade de destino.

6.1.2. A Comissão designada pelo Tribunal será responsável pela fiscalização do contrato e anotará, em registro próprio, as informações que julgar convenientes e eventuais falhas detectadas, emitindo relatório em duas vias, uma das quais será encaminhada à Contratada, a qual registrará sua ciência.

6.1.3. A Comissão responsável pela fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização e terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas, sem que isto implique transferência de responsabilidade, a qual caberá única e exclusivamente à Contratada. Terá, ainda, a prerrogativa de praticar atos reputados emergenciais, como determinar a suspensão de atividades que sejam manifestamente ilícitas, perigosas ou que possam acarretar danos à Administração ou a terceiros, sem prejuízo da realização posterior do necessário procedimento de apuração da falta ou erro na execução da prestação dos serviços.

6.1.4. As relações entre a Contratada e o Tribunal serão mantidas, prioritariamente, por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela Fiscalização junto ao preposto da Contratada, ocorrendo as comunicações prioritariamente por e-mail ou outro meio idôneo para fins de registro.

6.1.5. Considerar-se-á realizada a notificação e iniciado o prazo para resposta ou execução no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, independentemente de confirmação de leitura ou resposta da Contratada, desde que o envio tenha ocorrido dentro do horário de expediente da Contratante.

6.1.6. Eventual alteração nos endereços eletrônicos da Contratada deverá ser comunicada formalmente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem consideradas válidas as notificações enviadas aos endereços anteriormente cadastrados.

6.2. Da inexecução contratual

6.2.1. Constituem hipóteses de **inexecução PARCIAL** do objeto contratual:

a) Deixar de apresentar até o dia seguinte novo veículo para a inspeção referida no subitem 5.1.4, quando rejeitado pela Fiscalização do Contrato, ou apresentar veículo que venha este também a ser rejeitado;

a.1) Se da falta de substituição do veículo por outro idôneo resultar prejuízo à realização do pleito naquela Zona Eleitoral, considerar-se-á hipótese de inexecução TOTAL;

b) Deixar de substituir veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção ultrapassar 3 (três) horas ou, em se tratando de dia de Eleição ou sua véspera, 30 minutos;

b.1) Se da falta de substituição do veículo por outro idôneo resultar prejuízo à realização do pleito naquela Zona Eleitoral, considerar-se-á hipótese de inexecução TOTAL;

c) Deixar de remover ou retardar na remoção de veículo com problemas de locomoção, causando perturbação nos serviços da Zona Eleitoral ou ao trânsito da localidade;

d) Alocar na execução do contrato motorista sem a necessária habilitação para a categoria do veículo que deverá conduzir;

e) Deixar de contratar guias locais nas localidades onde se faz necessária a orientação dos motoristas acerca das rotas, causando falha e/ou retardamento na execução dos serviços;

f) Se da falta de guia para orientação do motorista resultar prejuízo à realização do pleito naquela Zona Eleitoral, considerar-se-á hipótese de inexecução TOTAL.

g) Não apresentar a documentação referida no subitem 5.7.1 em até 2 (dois) dias antes do início da prestação dos serviços, ou apresentar documentação incompleta;

h) Deixar de proceder à inspeção, manutenção e reparo de cada um dos veículos antes de sua entrega à pessoa credenciada pelo TRE-MA, de forma a entregá-lo fora de condições de uso e/ou em desacordo com as demais exigências estipuladas no Contrato;

i) Não manter o registro diário de frequência de cada motorista atualizado, bem como o registro do deslocamento dos veículos utilizados por cada motorista (com a indicação da marcação do hodômetro na origem e destino, conforme formulário contido em ANEXO IV);

j) Deixar de cumprir as orientações gerais de serviços determinadas pela fiscalização da Contratante contidas no contrato e nas Ordens de Serviço emitidas, ou cumprir de forma desidiosa ou negligente;

k) Deixar de aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite 25% do valor inicial atualizado do contrato, consoante o Art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;

l) Não indicar preposto apto a tratar em nome da empresa junto ao fiscal do contrato;

m) Deixar de atender, de imediato, às solicitações da Contratante quanto à substituição de veículos e/ou motoristas não qualificados ou entendidos como inadequados à prestação dos serviços;

n) Deixar de pagar quaisquer multas de trânsito e/ou ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias durante a execução do contrato, causando com isso o retardamento na execução dos serviços;

o) Falhar ou retardar na execução dos serviços por falta de veículo, motorista ou combustível ("pane seca") ou condições de rodagem (problemas relacionados a pneus, manutenção, problema elétrico ou mecânico no veículo ou qualquer outro que impeça o seu uso);

p) Permitir que motorista se apresente com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica para a execução dos serviços;

q) Deixar de manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

r) Não reparar eventuais danos provocados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de atos de preposto ou funcionários seus, relacionados à execução do contrato.

6.2.2. Constituem hipóteses de **inexecução TOTAL** do objeto contratual:

- a) Causar, por má fé ou falta de diligência, prejuízo à Administração Pública, ao processo eleitoral ou a terceiros, de graves consequências, de difícil reparação ou que onerem substancialmente a execução do contrato;
- b) Incorrer nas hipóteses previstas nas alíneas a.1, b.1 e f do subitem 6.2.1.

6.3 Das sanções administrativas

6.3.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.3.2 Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

6.3.2.1 **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

6.3.2.2 **Impedimento de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 6.3.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.3.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 6.3.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 6.3.2.2) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

6.3.2.4 **Multa**:

6.3.2.4.1 **Moratória** de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações e prazos contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias;

6.3.2.4.1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.3.2.4.2 **Compensatória de 2% a 10% sobre o valor total do contrato**, nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 6.3.1, bem como nas hipóteses do subitem 6.2.1.

6.3.2.4.3 **Compensatória de 11% a 30% sobre o valor total do contrato**, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 6.3.2.2) e declaração de inidoneidade (subitem 6.3.2.3), bem como nas hipóteses do subitem 6.2.2.

6.3.2.4.3.1 Também será punível com esta multa a contratada que incorrer em qualquer das condutas típicas relacionadas no subitem 6.3.1 e resultar prejuízo incontornável à realização do pleito eleitoral ou graves consequências à Administração Pública ou a terceiros, hipótese em que estará configurada a INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO.

6.3.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.3.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.3.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.3.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

6.3.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.3.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

6.3.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.3.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.3.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E PAGAMENTO

7.1 A licitação será realizada na modalidade de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, visto enquadrar-se na hipótese do art. 3º, incisos II e V, do Decreto n.º 11.462/2023.

7.1.1. A disputa ocorrerá por ITEM para as Zonas Eleitorais 1ª, 2ª, 3ª, 76ª e 89ª, e por GRUPOS para as demais Zonas.

7.1.2. Cada GRUPO compreende uma Zona Eleitoral, abrangendo veículos dos tipos leve, pick-up, **quadriciclo**, van ou moto.

7.1.3. Cada ITEM corresponde a uma Zona Eleitoral e contempla apenas veículos do tipo leve, conforme descrito no subitem 8.11.

7.1.4. Cada GRUPO/ITEM **corresponde** a uma localidade sede de Zona Eleitoral.

7.1.5. Será considerada vencedora a licitante que satisfizer todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e ofertar o MENOR PREÇO por GRUPO/ITEM.

7.1.5.1. Os valores das propostas deverão conter todos os custos diretos e indiretos pertinentes à execução plena dos serviços.

7.2. A divisão do objeto por Zona Eleitoral na forma de Itens e Grupos visa:

a) à ampliação da competitividade;

b) à melhor operacionalização logística da execução dos serviços pelas empresas que irão executar o objeto contratual;

c) a facilitar a tomada da prestação dos serviços e seu respectivo controle pelos usuários das Zonas Eleitorais, posto que evitará haver uma empresa operando para cada tipo de veículo;

d) viabilizar a eficaz fiscalização do contrato;

e) a evitar conflitos de responsabilidade e/ou confusão na execução do objeto contratual.

7.3 Da Formulação da Proposta

Na elaboração da proposta, o licitante deverá fazer constar explicitamente o custo da diária por localidade a ser atendida.

Para definir o valor da diária, o licitante deverá calcular seus custos com base na franquía de quilometragem apresentada no tópico 8.11, levando em conta também que:

a) os quilômetros da franquía não efetivamente rodados em uma determinada diária serão somados aos quilômetros da franquía da diária subsequente, caso a Zona Eleitoral necessite de outra diária;

b) o número máximo de diárias por Zona Eleitoral é o definido no Anexo III;

c) se uma Zona Eleitoral que possui 300km de franquía diária contratar as 15 diárias, o total de quilômetros que podem ser rodados pelos veículos ao longo desses 15 dias será de 4.500km;

d) cada veículo utilizado pela Zona Eleitoral corresponderá a uma diária utilizada, ficando as quilometragens residuais, caso existam, cumuladas para os restantes dos dias de contratação;

e) não haverá pagamento de quilômetro adicional e nem influenciará no pagamento da diária a quilometragem da franquía não utilizada pela Zona Eleitoral.

7.4 Do Pagamento

7.4.1. Após a prestação do serviço, a Contratada encaminhará à Comissão Fiscalizadora as notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, para consolidação da documentação e envio aos fiscais locais, para fins de atesto e, após devidamente atestadas, para a consequente liquidação da despesa e pagamento.

7.4.2. O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, o qual será formalizado através do atesto da respectiva Nota Fiscal, desde que estejam com todos os seus campos devidamente preenchidos.

7.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais

7.4.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, sem prejuízo de aplicação de multa prevista em capítulo próprio.

7.4.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8. DO CUSTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado foi calculado com base em pesquisa de preços realizada em outras contratações públicas e junto a fornecedores. Na composição também foram os utilizados os preços da última licitação do TRE/MA, atualizados pelo IPCA, conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, resultando nos valores abaixo:

TIPO DE VEÍCULO	PREÇO ATUAL
1. SEDAM 1.0	R\$ 528,94
2. PICAPE	R\$ 969,20
3. MOTOS	R\$ 250,00
4. QUADRICICLOS	R\$ 704,08

5. VAN	R\$ 1.380,90
--------	-----------------

8.2. A metodologia utilizada para mensurar os custos da contratação é baseada em diária como unidade de medida (conforme subitem 5.5.3), abrangendo tanto os custos diretos – veículo, combustível, manutenção, limpeza, multas, sinistros e outros) – como todos os custos indiretos associados à plena execução do objeto, tais como despesas trabalhistas, tributação, seguros, administração etc.

8.3. Para a definição da diária de locação levou-se em conta os dados das eleições anteriores. Estabeleceu-se uma franquia de quilometragem de rodagem para cada Zona Eleitoral de 300km por dia.

8.4. Para o cálculo do custo da contratação adotou-se, ainda, os seguintes critérios:

- Os quilômetros da franquia não efetivamente rodados em uma determinada diária serão somados aos quilômetros da franquia da diária subsequente, caso a Zona Eleitoral necessite de outra diária;
- O número máximo de diárias por Zona Eleitoral é o definido no Anexo III;
- Se uma zona eleitoral que possui 300 km de franquia diária contratar as 15 (quinze) diárias, o total de quilômetros que podem ser rodados pelos veículos contratados ao longo desses 15 (quinze) dias será de 4.500 km;
- Cada veículo utilizado pela Zona Eleitoral corresponderá a uma diária utilizada, ficando as quilometragens residuais, caso existam, acumuladas para os restantes dos dias de contratação;
- Não haverá pagamento de quilômetro adicional e nem influenciará no pagamento da diária a quilometragem da franquia não utilizada pela Zona Eleitoral.

8.5. Nos dias em que o veículo não estiver disponível no período requerido a diária de utilização não será paga e incorrerá nas penalidades contratuais.

8.6. O período previsto de utilização das diárias compreende, principalmente, aqueles constantes nas atividades padrões da eleição, conforme subitem 5.5.6.a. Ressalte-se que a utilização das diárias também poderá ocorrer em período diverso ao item citado, desde que informado em até 10 (dez) dias de antecedência.

8.7. A utilização das diárias das zonas eleitorais poderá ser realizada em mais de um veículo, conforme discriminado no subitem 5.5.6.a.

8.8. As diárias poderão ser utilizadas de forma contínua ou alternada na demanda zona eleitoral. Já na demanda dos PATs e Polos a utilização será contínua, ocorrendo na semana da eleição.

8.9. A diária terá duração de 24 (vinte e quatro) horas, contada a partir do momento em que o veículo passou a estar disponível para este Tribunal no dia anterior.

8.10. O horário previsto para execução dos serviços será das 07h às 20h, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Na véspera e no dia da Eleição o horário estender-se-á até às 24h, caso necessário.

8.11. Seguem abaixo as quantidades e custos das diárias a serem utilizados por cada Zona Eleitoral, PATs e POLOS:

MODELO DE PLANILHA											
Grupo	Item	N.º ZE	Zona Eleitoral	Franquia de Km/Diária	Tipo de Veículo	Qtd diárias ZES	Qtd. Diárias PATS	Qtd. Diárias PÓLOS	Total de Diárias	Valor da Diária	Total (c=a x b)
1	1	1	São Luís	300	Leve	60			60	R\$ 528,94	R\$ 31.736,40
	2	2	São Luís	300	Leve	60			60	R\$ 528,94	R\$ 31.736,40
	3	3	São Luís	300	Leve	60			60	R\$ 528,94	R\$ 31.736,40
	4	10	São Luís	300	Leve	60			60	R\$ 528,94	R\$ 31.736,40
	5	10	São Luís	300	Pickup	24		16	40	R\$ 969,20	R\$ 38.768,00
	6	76	São Luís	300	Leve	60			60	R\$ 528,94	R\$ 31.736,40
2	7	89	São Luís	300	Leve	60			60	R\$ 528,94	R\$ 31.736,40
	8	4	Caxias	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	9	4	Caxias	300	Pickup	20		16	36	R\$ 969,20	R\$ 34.891,20
3	10	5	Caxias	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	11	5	Caxias	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
4	12	6	Caxias	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	13	6	Caxias	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
5	14	7	Codó	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	15	7	Codó	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
6	16	8	Coroatá	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	17	8	Coroatá	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
7	18	9	Pedreiras	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	19	9	Pedreiras	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
8	20	11	Alto Parnaíba	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	21	11	Alto Parnaíba	300	Pickup	20	18		38	R\$ 969,20	R\$ 36.829,60

9	22	12	Araíóses	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	23	12	Araíóses	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
	24	12	Araíóses	300	Quadríciclo		24		24	R\$ 704,08	R\$ 16.897,92
10	25	13	Bacabal	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	26	13	Bacabal	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
11	27	14	Cururupu	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	28	14	Cururupu	300	Pickup	20	36		56	R\$ 969,20	R\$ 54.275,20
	29	14	Cururupu	300	Van		36		36	R\$ 1.380,90	R\$ 49.712,40
12	30	15	Grajaú	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	31	15	Grajaú	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
13	32	16	Itapecuru-Mirim	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	33	16	Itapecuru-Mirim	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
14	34	17	Pastos Bons	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	35	17	Pastos Bons	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
15	36	18	Rosário	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	37	18	Rosário	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
16	38	19	Timom	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	39	19	Timom	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
17	40	20	Viana	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	41	20	Viana	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
18	42	21	Barão de Grajaú	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	43	21	Barão de Grajaú	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
19	44	22	Balsas	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	45	22	Balsas	300	Pickup	20	18	16	54	R\$ 969,20	R\$ 52.336,80
20	46	23	Barra do Corda	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	47	23	Barra do Corda	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
21	48	24	Brejo	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	49	24	Brejo	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
22	50	25	Buriti	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	51	25	Buriti	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
23	52	26	Carolina	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	53	26	Carolina	300	Pickup	20	18		38	R\$ 969,20	R\$ 36.829,60
24	54	27	Arari	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	55	27	Arari	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
25	56	28	Coelho Neto	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	57	28	Coelho Neto	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
26	58	29	Colinas	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	59	29	Colinas	300	Pickup	20		16	36	R\$ 969,20	R\$ 34.891,20
27	60	30	Guimarães	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	61	30	Guimarães	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
28	62	31	Icatu	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	63	31	Icatu	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
29	64	32	Humberto de Campos	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	65	32	Humberto de Campos	300	Pickup	20	30		50	R\$ 969,20	R\$ 48.460,00
30	66	33	Imperatriz	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	67	33	Imperatriz	300	Pickup	20		16	36	R\$ 969,20	R\$ 34.891,20
31	68	34	São Raimundo das Mangabeiras	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	69	34	São Raimundo das Mangabeiras	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
32	70	35	São Luís Gonzaga do Maranhão	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	71	35	São Luís Gonzaga do Maranhão	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
33	72	36	Parnarama	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80

	73	36	Parnarama	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
34	74	37	Pinheiro	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	75	37	Pinheiro	300	Pickup	20		16	36	R\$ 969,20	R\$ 34.891,20
35	76	38	São Bento	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	77	38	São Bento	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
36	78	39	Turiçu	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	79	39	Turiçu	300	Pickup	20	24		44	R\$ 969,20	R\$ 42.644,80
37	80	40	Tutóia	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	81	40	Tutóia	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
38	82	41	Vitória do Mearim	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	83	41	Vitória do Mearim	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
39	84	42	Chapadinha	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	85	42	Chapadinha	300	Pickup	20		16	36	R\$ 969,20	R\$ 34.891,20
40	86	43	Pindará Mirim	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	87	43	Pindará Mirim	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
41	89	44	Passagem Franca	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	90	44	Passagem Franca	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
42	91	45	Penalva	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	92	45	Penalva	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
43	93	46	Porto Franco	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	94	46	Porto Franco	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
44	95	47	São José de Ribamar	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	96	47	São José de Ribamar	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
45	97	48	Dom Pedro	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	98	48	Dom Pedro	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
46	99	49	Vitorino Freire	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	100	49	Vitorino Freire	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
47	101	50	Vargem Grande	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	102	50	Vargem Grande	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
48	103	51	São Bernardo	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	104	51	São Bernardo	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
49	105	52	Alcântara	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	106	52	Alcântara	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
50	107	53	São João dos Patos	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	108	53	São João dos Patos	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
51	109	54	Presidente Dutra	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	110	54	Presidente Dutra	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
52	111	55	Carutapera	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	112	55	Carutapera	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
53	113	56	Barreirinhas	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	114	56	Barreirinhas	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
54	115	57	Santa Inês	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	116	57	Santa Inês	300	Pickup	20		16	36	R\$ 969,20	R\$ 34.891,20
55	117	58	João Lisboa	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80

	118	58	João Lisboa	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
56	119	60	São Domingos do Maranhão	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	120	60	São Domingos do Maranhão	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
57	121	61	Esperantinópolis	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	122	61	Esperantinópolis	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
58	123	62	Loreto	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	124	62	Loreto	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
59	125	63	São João Batista	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	126	63	São João Batista	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
60	127	64	Cândido Mendes	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	128	64	Cândido Mendes	300	Pickup	20	20		40	R\$ 969,20	R\$ 38.768,00
	129	64	Cândido Mendes	300	Moto		4		4	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
61	130	65	Imperatriz	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	131	65	Imperatriz	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
62	132	66	Bacabal	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	133	66	Bacabal	300	Pickup	20	14		34	R\$ 969,20	R\$ 32.952,80
	134	66	Bacabal	300	Moto		4		4	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
63	135	67	Pedreiras	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	136	67	Pedreiras	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
64	137	68	Coroatá	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	138	68	Coroatá	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
65	139	69	Santo Antonio dos Lopes	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	140	69	Santo Antonio dos Lopes	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
66	141	70	Santa Luzia	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	142	70	Santa Luzia	300	Pickup	20	12		32	R\$ 969,20	R\$ 31.014,40
67	143	71	Açailândia	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	144	71	Açailândia	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
68	145	72	Mirador	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	146	72	Mirador	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
69	147	73	Urbanos Santos	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	148	73	Urbanos Santos	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
70	149	74	Lago da Pedra	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	150	74	Lago da Pedra	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
71	151	75	Riachão	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	152	75	Riachão	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
72	153	77	Santa Inês	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	154	77	Santa Inês	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
73	155	78	Bom Jardim	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	156	78	Bom Jardim	300	Pickup	20	42		62	R\$ 969,20	R\$ 60.090,40
74	158	79	Tuntum	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	159	79	Tuntum	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
75	160	80	Santa Luzia do Paruá	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	161	80	Santa Luzia do Paruá	300	Pickup	20	16		36	R\$ 969,20	R\$ 34.891,20
76	162	81	Matões	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	163	81	Matões	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
77	164	82	Estreito	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80

	165	82	Estreito	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
78	166	83	Santa Helena	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	167	83	Santa Helena	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
79	168	84	São Mateus do Maranhão	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	169	84	São Mateus do Maranhão	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
80	170	86	Matinha	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	171	86	Matinha	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
81	172	87	Olho D'água das Cunhãs	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	173	87	Olho D'água das Cunhãs	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
82	174	92	Imperatriz	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	175	92	Imperatriz	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
83	176	93	Paço do Lumiar	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	177	93	Paço do Lumiar	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
84	178	95	Buritcupu	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	179	95	Buritcupu	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
85	180	96	Zé Doca	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	181	96	Zé Doca	300	Pickup	20	18		38	R\$ 969,20	R\$ 36.829,60
86	182	97	Barra do Corda	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	183	97	Barra do Corda	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
87	184	98	Açailândia	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	185	98	Açailândia	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
88	186	99	Amarante do Maranhão	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	187	99	Amarante do Maranhão	300	Pickup	20	24		44	R\$ 969,20	R\$ 42.644,80
89	188	100	Maracaçumé	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	189	100	Maracaçumé	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
90	190	101	Governador Nunes Freire	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	191	101	Governador Nunes Freire	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
91	192	102	Paulo Ramos	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	193	102	Paulo Ramos	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
92	194	103	Montes Altos	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	195	103	Montes Altos	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
93	196	104	Arame	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	197	104	Arame	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
94	198	105	Balsas	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	199	105	Balsas	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
95	200	106	Pinheiro	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	201	106	Pinheiro	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
96	202	107	Bacuri	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	203	107	Bacuri	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
97	204	108	Governador Eugênio Barros	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	205	108	Governador Eugênio Barros	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00

98	206	109	Anajatuba	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	207	109	Anajatuba	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
99	208	110	Morros	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	209	110	Morros	300	Pickup	20	6		26	R\$ 969,20	R\$ 25.199,20
100	210	111	Bequimão	300	Leve	20			20	R\$ 528,94	R\$ 10.578,80
	211	111	Bequimão	300	Pickup	20			20	R\$ 969,20	R\$ 19.384,00
TOTAL GERAL											R\$ 3.711.884,32

8.12. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 3.711.884,32 (três milhões, setecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).**

8.13. Cada GRUPO/ITEM licitado corresponde a uma localidade do Estado que seja sede de Zona Eleitoral.

8.14. O total máximo por GRUPO/ITEM é resultado da multiplicação do total de diárias máximo com o valor unitário da diária.

9. ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO

9.1 Os serviços objeto desta contratação têm como fato gerador a prestação de serviços de transporte intermunicipal e intramunicipal.

9.2 Quando o serviço for realizado na órbita de apenas um município, nesse caso intramunicipal, é fato gerado de ISS, conforme consta na lista anexa da LC 116/2003, item 16, subitem 16.02.

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

9.3 Quanto ao local da prestação dos serviços de transporte intramunicipal, considera-se prestado no local onde o serviço é executado, conforme exceção estabelecida no art. 3º, XIX, do referido diploma legal.

Art. 3º **O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador** ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

9.4 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 5%. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL terão alíquotas diferenciadas de acordo com seu enquadramento.

9.5 O fato gerador do serviço de transporte intramunicipal, tributado pelo ISS, ocorrerá principalmente na demanda dos carros locados à secretaria do Tribunal, itens 48 e 49 da licitação, pois tais carros ficarão em atividades, em sua maioria, dentro da circunscrição de São Luís. Entretanto, quando tal veículo precisar deslocar-se para viagem, aí surge o fato gerador do ICMS, nesse caso serviço de transporte intermunicipal.

9.6 Para os demais itens da licitação cujo transporte tem natureza intermunicipal o licitante será tributado pelo ICMS.

9.7 O serviço de transporte intermunicipal é fato gerado do ICMS, conforme art. 155, II, da CF/1988, descabendo assim tributação do ISS.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de **serviços de transporte** interestadual e **intermunicipal** e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

9.8 O Decreto 19.714/2003, atualizado pela Resolução administrativa 19/2019, que institui o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS também enuncia o fato gerador da obrigação tributária no seu artigo 1, inciso II:

Art. 1º O imposto incide sobre :

...

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

9.9 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 18%, conforme art. 28, inciso III, b do RICMS.

9.10 Quanto ao local de prestação do serviço de transporte intermunicipal, conforme art. 30, inciso II, a, o local é onde tenha se iniciado a prestação do serviço. Em nosso caso específico, a cidade de São Luís-MA em regra.

9.11 É de se destacar que o próprio RICMS estabelece a exclusão do crédito tributário, mediante isenção, aos prestadores de serviços de transportes intermunicipais que o realizam nas regiões metropolitanas criadas no Maranhão.

Art. 4º O imposto não incide sobre:

...

X - prestação do serviço de transporte intermunicipal de característica urbana, nas regiões metropolitanas criadas neste Estado.

9.12 Com a aprovação da lei complementar n.º 174/2015 que culminou com a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís os transportes intermunicipais dentro dessa região são excluídos de tributação do ICMS.

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS

Art. 1º A Região Metropolitana da Grande São Luís – RMGSL passa a reger-se pelas normas estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Integram a Região Metropolitana da Grande São Luís os Municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís.

9.13 De todo modo, nesse caso de isenção, não se pode deixar de citar que a exclusão da obrigação principal, no caso pagar o tributo, não exclui a obrigação acessória, tal como emitir os documentos fiscais, o que demonstra a necessidade, mesmo nesse caso, da correta emissão do documento fiscal, conforme determina o Código Tributário Nacional, Lei 5.172/64, art. 175.

Art. 175. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Para emissão do documento fiscal, o RICMS no seu art. 122, 156 e 158 estabelece o seguinte:

Art. 122. Os contribuintes do ICMS emitirão, conforme as operações e prestações que realizarem, os seguintes documentos fiscais:

V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7.

Art. 156. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7 – Anexo SINIEF 20, será utilizada:

I - pelas agências de viagem **ou por quaisquer transportadores** que executarem serviços de transporte **intermunicipal**, interestadual e internacional de turistas **e de outras pessoas**, em veículos próprios ou fretados;

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I, considera-se veículo próprio, além do que se achar registrado em nome da pessoa, aquele por ela operado em regime de locação ou qualquer outra forma.

Art. 158. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida antes do início da prestação do serviço.

§ 1º É obrigatória a emissão de uma Nota Fiscal, por veículo, para cada viagem contratada.

9.14 Não obstante tal regramento contido no RICMS, em 8 de julho de 2016, foi instituído, mediante o Ajuste Sinief 10/2016 no âmbito da CONFAZ, o CTe OS (Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços – CTe OS), modelo 67. Tal instrumento é um novo documento fiscal que substitui a Nota Fiscal de Serviço de Transporte – NFST modelo 7.

9.15 As empresas contratadas deverão, caso não tenham inscrição estadual, cadastra-se na Fazenda Estadual para correta emissão dos documentos fiscais que comprovam o fato gerador do ICMS, tal como a CTE-OS ou a NF modelo 7. Já em relação ao ISS, a empresa deverá se cadastrar na Fazenda Municipal para emissão da Nota Fiscal de Serviços.

10. INDICAÇÃO DA FONTE ORÇAMENTÁRIA

10.1. Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico, por meio de sistema de registro de preço.

10.2. Em se tratando de Sistema de Registros de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do Art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023.

10.3. Não obstante a faculdade legal, a fonte orçamentária foi prevista no orçamento para pleitos 2026 na unidade COSEM, cujo detalhamento segue abaixo:

<https://intranet.tre-ma.jus.br/administracao/planejamento-e-execucao-orcamentaria/2026/proposta-orcamentaria-pleitos-eleitorais-2026-resumo-por-setor>

ITEM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – R\$ 3.646.453,63

11. VIGÊNCIA DA ATA, DO CONTRATO E REAJUSTE

11.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano a partir de sua assinatura consoante Art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

11.2 Os períodos da prestação dos serviços poderão ser alterados conforme necessidade, mediante comunicação à CONTRATADA.

11.3 Para a habilitação deverão ser solicitados os documentos exigidos em lei e no Edital do certame, além do(s) atestado(s) de capacidade técnica e demais documentos previstos neste Termo de Referência.

11.4 A vigência do contrato observará o prazo de 1 (um) ano, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/21.

11.5 O reajuste de preços, quando aplicável, será realizado a partir do índice nacional de preços ao consumidor - IPCA/IBGE - , observada a anualidade com data base vinculada à data do orçamento estimado.

12. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

12.1. Considerando o Plano Estratégico do TRE-MA aprovado para o interstício 2021-2026, a presente contratação alinha-se ao macrodesafio APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, o qual se refere à adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais desta Justiça Especializada.

12.2. Esta demanda está prevista no Plano de Contratação Anual aprovado para o exercício de 2026.

13. ANEXOS

ANEXO I – Relação dos PATs

ANEXO II – Relação dos Polos

[ANEXO III- Relação do quantitativo das Zonas](#)

[ANEXO IV- Registro de deslocamento](#)

[ANEXO V- Checklist](#)

São Luís, 10 de março de 2026

Rodolfo Medeiros de Campos
NÚCLEO DE APOIO À GERÊNCIA DE FROTA DE VEÍCULOS - NAV
Matrícula 30990643

0003999-50.2026.6.27.8000	2727694v2
---------------------------	-----------